

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
UNOESC

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
CICLO AVALIATIVO
2018-2020



Editora **Unoesc**

© 2017 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.

Fone: (55) (49) 3551-2000 - Fax: (55) (49) 3551-2004 - www.unoesc.edu.br - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Débora Diersmann Silva Pereira - Editora Executiva

Projeto Gráfico e Capa: Simone Dal Moro

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

U58p Universidade do Oeste de Santa Catarina
Projeto de autoavaliação institucional ciclo avaliativo
2018-2020 / Universidade do Oeste de Santa Catarina.
Comissão Própria de Avaliação. – Joaçaba: Editora Unoesc,
2017.
24 p. ; 21 cm.

1. Universidade do Oeste de Santa Catarina – Avaliação
institucional. 2. Ensino superior – Santa Catarina. I. Título.

CDD 378.010

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Aristides Cimadon

Vice-reitores de *Campi*

Campus de Chapecó

Ricardo Antonio De Marco

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Ildo Fabris

Campus de Xanxerê

Genesio Téio

Pró-reitor de Graduação
Ricardo Marcelo de Menezes

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão
Fábio Lazzarotti

Diretora Executiva da Reitoria
Lindamir Secchi Gadler

Conselho Editorial

Fabio Lazzarotti

Débora Diersmann Silva Pereira

Andréa Jaqueline Prates Ribeiro

Jovani Antônio Steffani

Eliane Salete Filippim

Carlos Luiz Strapazon

Marilda Pasqual Schneider

Claudio Luiz Orço

Maria Rita Nogueira

Daniele Cristine Beuron

**PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL –
2018-2020**

**DADOS DA INSTITUIÇÃO
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA -
UNOESC
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA**

CORPO DIRIGENTE DA UNOESC

Reitor

Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Ricardo Antonio De Marco

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Ildo Fabris

Campus de Xanxerê

Genesio Téo

Diretora Executiva da Reitoria

Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Graduação

Ricardo Marcelo de Menezes

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão

Fábio Lazzarotti

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

Representantes do corpo docente:

Luiz Carlos Lückmann - Coordenador

Leandro Marcos Dall'Agnol – Chapecó

Adriana Salvi – SMO

Nilva Maria Oliveira Farias Silva – Videira

Plínio Antônio Silva – Xanxerê

Representantes do corpo discente:

Pedro Henrique Baez Garcez – Chapecó

André Augusto Hillsheim – Joaçaba

Eloisa Bido – SMO

Elvin Cristian dos Santos – Videira

Analice Geuda – Xanxerê

Representantes do corpo técnico-administrativo:

Mônica Marcante – Chapecó

Eduardo Comin – Joaçaba

Maria Inez Frozza Borges dos Santos – SMO

Cilmara Cimadon – Videira

Janete Tombini – Xanxerê

Representantes da sociedade civil:

José Carlos Benini – Chapecó

Rosane Kunen – Joaçaba

Paulo Ricardo Drumm – SMO

Eliandro Pazin – Videira

Tereza Cristina Giordani - Xanxerê

Grupo de Apoio Técnico à CPA

Carlos Manuel Reyes Fernandez – Videira

Clair Fátima Zacchi – SMO

Dionéia Lang – Chapecó

Fagner Lourenci Rosa – Joaçaba

Francielle Garghetti Battiston - Xanxerê

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7
3 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNOESC	10
4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	11
5 POLÍTICA	13
6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES	15
7 OBJETIVOS	17
8 DIRETRIZES	19
9 EIXOS, DIMENSÕES, PROCESSOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	20
10 ASPECTOS METODOLÓGICOS	35
11 ENVOLVIMENTO E FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	41
12 ESTRUTURA DE APOIO	45
REFERÊNCIAS	49

1 APRESENTAÇÃO

Apresentamos à comunidade acadêmica o Projeto de Autoavaliação Institucional da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), referente ao Ciclo Avaliativo 2018-2020. Segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes),

A avaliação institucional está relacionada: à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

A avaliação institucional é uma atividade complexa que envolve múltiplos instrumentos, diferentes momentos e diferentes agentes. Por isso, deve ser sistêmica, global e integrada. Dá-se a partir das dez dimensões, agrupadas em 5 eixos, previstas na Lei do Sinaes, quais sejam: missão e PDI; política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social da IES; comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo; organização de gestão da IES; infraestrutura

física; planejamento de avaliação; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira.

O Sinaes é responsável pela avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Avalia o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

A avaliação institucional materializa-se por dois instrumentos: a autoavaliação, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES); e a avaliação externa, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios de autoavaliação.

O presente Projeto apresenta a proposta de Autoavaliação Institucional, ou seja, como a Unoesc se autoavaliará no próximo ciclo avaliativo, compreendendo os anos de 2018 a 2020. O texto apresenta, inicialmente, breve apanhado histórico da Instituição e da sua experiência em avaliação institucional. Num segundo momento, são apresentados os pressupostos teóricos a partir dos quais se pretende fundamentar a avaliação, assim como as políticas norteadoras dos processos avaliativos, seus princípios e objetivos.

Num terceiro momento, propõe os processos de autoavaliação institucional que estarão sob a responsabilidade

e coordenação da CPA, definindo os instrumentos, públicos a serem envolvidos e periodicidade, bem como os pressupostos e procedimentos metodológicos a serem adotados nesses processos.

Por último, o Projeto mostra como se dará o envolvimento dos diversos agentes nos processos de autoavaliação e as formas como os resultados serão socializados e apropriados pelos diferentes públicos, como dirigentes, professores, estudantes, técnico-administrativos e comunidade externa.

2 A UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

A Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) é mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc), entidade educacional criada pela Lei Municipal nº 545, de 22 de novembro de 1968, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 2125, município de Joaçaba, Santa Catarina (SC). É qualificada como IES Comunitária, nos termos da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2014 e da Portaria nº 634, de 30 de outubro de 2014.

A Unoesc foi credenciada como universidade pelo Ministério da Educação em 14 de agosto de 1996, por meio de Decreto Presidencial. Em 19 de março de 2009, foi credenciada para atuar na educação a distância, pela Portaria nº 258/2009 do Ministério da Educação.

A Unoesc localiza-se em uma região que se estende desde a parte inferior do alto Vale do Rio do Peixe, polarizada pela cidade de Videira, descendo em direção à cidade polo do

Vale do Rio do Peixe, Joaçaba e alongando-se em direção ao Oeste e extremo Oeste, polarizada pelas cidades de Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste. O IBGE denomina essa região de Mesorregião Oeste Catarinense, constituída de 118 municípios, com população estimada em 1.264.000 habitantes (IBGE, 2016). O Oeste representa a maior área territorial entre as mesorregiões do Estado, com 27.365 km². Faz fronteira com as mesorregiões do Norte Catarinense e Serrana, com o Paraná, Rio Grande do Sul e com a Argentina.

3 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNOESC

A Unoesc implantou a avaliação institucional ainda nos anos 90, quando criou, em 1995, o Programa de Avaliação Institucional da Unoesc (PAIU), inspirado no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

A partir de 2005, a Unoesc adequou a avaliação institucional ao que propõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, criando a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e institucionalizando a política de avaliação institucional.

Em 2014, a Instituição aderiu ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), migrando para o Sistema Nacional de Educação Superior. A partir de então, a CPA passa a ter papel estratégico na Instituição, aprimorando os instrumentos e avaliando, de forma sistemática, os processos de ensino-aprendizagem, a

gestão dos cursos de graduação, a infraestrutura, bem como áreas antes não avaliadas, como a pós-graduação *lato e stricto sensu*, o ensino a distância, e a avaliação pela comunidade externa e pelos egressos.

Em 2016, a CPA passou por processos de melhorias, objetivando conferir maior organicidade junto à Gestão da Instituição, aproximando a avaliação institucional com o planejamento institucional. No quinquênio 2018-2022, os esforços serão direcionados no sentido de reforçar a institucionalização de práticas de avaliação estruturantes e sistemáticas, conferindo aos processos avaliativos maior organicidade.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A autoavaliação institucional possui caráter formativo e de compromisso coletivo. Tem por objetivo conhecer a Instituição e avaliar a sua atuação nas mais diversas atividades, como cursos, programas, projetos e setores, tendo como horizonte a melhoria institucional. Constitui processo privilegiado para o autoconhecimento institucional, na medida em que a comunidade universitária tem a oportunidade de refletir criticamente sobre si mesma, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento.

A avaliação da educação superior brasileira, nos últimos tempos, tem sido objeto de debates e de produções acadêmicas, com diferentes visões e concepções. Educadores como Sguissardi (1995), Afonso (2000), Dias Sobrinho (2003),

Ristoff (2003), Baggi & Lopes (2011) e Duarte & Alvim (2015) vêm trabalhando esta questão, contrapondo uma tendência meritocrática, de regulação e de controle, com uma concepção de avaliação formativa, voltada para a melhoria da qualidade acadêmica, posição defendida pela Unesco.

A avaliação meritocrática busca imprimir a lógica da produtividade, da racionalidade, do ranqueamento e da *accountability*. Para isso, utiliza-se da avaliação como instrumento de aferição dessa produtividade. Nessa perspectiva, o Estado estabelece uma relação de controle sobre as IES. O PAIUB, instituído pelo MEC em 1993, constitui exemplo dessa concepção de avaliação.

A avaliação formativa, por sua vez, concebe a avaliação institucional em sua dimensão processual e global, com ênfase na participação de todos os segmentos da comunidade universitária. Nessa perspectiva, a avaliação constitui processo reflexivo e integrador.

O Sinaes tem como pressupostos teórico-metodológicos essa concepção de avaliação. O texto da Lei prima por uma avaliação de educação superior que seja participativa, democrática, com ênfase na avaliação dos processos de gestão pedagógica e administrativa, visando o autoconhecimento da instituição e a tomada de decisão.

Por sua vez, a avaliação meritocrática prima pela fragmentação dos processos. Ora são avaliados os docentes, ora os discentes, ora a infraestrutura, sem, contudo, haver organicidade e conectividade entre os processos. Tal concepção

persegue a lógica cartesiana, imaginando-se que a partir da soma das partes se chegará ao todo. Nessa lógica, estuda-se um fenômeno ou resolve-se um problema decompondo-o em partes.

A teoria dos sistemas desenvolvida por Morin (2000) propõe outra lógica: o todo é mais importante do que a soma das partes, pois dele emergem qualidades que não são percebidas nas partes. A avaliação institucional, nessa perspectiva, compreende todo um conjunto de elementos estruturais e processuais que ultrapassam as partes em si, na direção do todo, da globalidade sistêmica.

A avaliação constitui processo de autoconhecimento e de autocrítica da instituição; é instrumento para a tomada de decisão em relação às suas atividades. Ela implica que todas as partes envolvidas estabeleçam um diálogo interno e externo com vistas à construção coletiva da qualidade acadêmica e administrativa da Instituição. A autoavaliação institucional deve se configurar como processo pelo qual a comunidade participa ativamente nos processos avaliativos e, por conseguinte, nas tomadas de decisão e de implementação de mudanças. Avaliar significa compreender a universidade no seu contexto e no seu todo, reconhecendo suas singularidades.

5 POLÍTICA

A avaliação institucional possui caráter formativo, sistêmico, reflexivo e autocrítico; visa o autoconhecimento

institucional e o fortalecimento da cultura de avaliação. A avaliação sistêmica pressupõe o todo, mas ao mesmo tempo sabe reconhecer o singular, o individual, o concreto. Induz a Instituição a desenvolver uma cultura organizacional voltada para a avaliação, com vistas ao alcance de sua missão e de seus objetivos institucionais.

Os processos avaliativos precisam estar alinhados aos elementos que compõem o perfil institucional assumido pela Unoesc e incorporados ao PDI, que são a formação humana e profissional, a produção do conhecimento, o desenvolvimento regional e a sustentabilidade, passando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A partir desses elementos constituíram-se a missão, a visão de futuro, os objetivos e indicadores institucionais que, somados aos indicadores externos, formam o escopo da avaliação institucional, conferindo-lhe organicidade.

Outra política de avaliação institucional assumida pela Unoesc é a sua necessária articulação com a avaliação externa, com atenção especial aos resultados e dados do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), do Conceito Preliminar de Curso (CPC), do Índice Geral de Cursos (IGC), do Censo da Educação Superior e do Questionário Socioeconômico. Esse conjunto de processos avaliativos possibilita traçar um panorama da qualidade dos cursos, da eficácia institucional e acadêmica e da pertinência social.

É papel da avaliação institucional subsidiar a gestão e demais segmentos da comunidade acadêmica, por meio

do encaminhamento de relatórios decorrentes de processos avaliativos internos e externos, a fim de alinhar missão e objetivos estabelecidos no PDI e demais documentos normativos, visando a eficácia da avaliação. A avaliação serve de ferramenta para a retroalimentação, para a tomada de decisão, para a melhoria da qualidade educativa e o cumprimento da missão e objetivos institucionais.

A legitimidade dos processos avaliativos desencadeados pela CPA advém da participação intensa da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, tanto na validação dos instrumentos, quanto na participação enquanto sujeitos do próprio processo de avaliação. Isso implicará na criação de espaços de diálogo com os mais diversos interlocutores institucionais e comunitários.

Na Unoesc, os processos autoavaliativos estarão sob a responsabilidade da CPA, órgão constituído nos termos da Lei nº 10.861, com a finalidade de planejar, desenvolver, coordenar e supervisionar a política de avaliação institucional. A CPA estará exercendo seu papel com o suporte de Grupo de Apoio Técnico, integrada organicamente ao planejamento institucional e à gestão. Possui autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos e colegiados da Instituição.

6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Para orientar os processos de autoavaliação institucional, a Unoesc adota um conjunto de princípios, alguns

deles oriundos do Sinaes, outros constantes nos documentos oficiais da Instituição, entre eles, o PDI. São princípios orientadores dos processos de avaliação institucional:

- a) Caráter formativo da avaliação: fortalecimento de uma cultura de avaliação que possa atender à missão, à visão de futuro e aos objetivos institucionais;
- b) Participação: baseada na criação de espaços de diálogo com os mais diversos interlocutores institucionais e da comunidade externa;
- c) Retroalimentação: avaliação institucional como informação para a tomada de decisão, para a melhoria institucional, a emancipação, a elevação da qualidade educativa e do cumprimento da missão e responsabilidade social da Instituição;
- d) Globalidade: avaliação institucional integradora, sistêmica; aquela que envolve todas as dimensões e segmentos da Instituição;
- e) Legitimidade: implica na participação ativa da comunidade na elaboração e validação dos processos e instrumentos de avaliação, bem como na tomada de decisões;
- f) Unidade de procedimentos: avaliação institucional realizada a partir de dimensões, de indicadores e de critérios previamente definidos e de conhecimento do público;

- g) Fidedignidade: avaliação institucional construída e processada a partir de metodologia validada e de dados e informações confiáveis;
- h) Autonomia: atuação autônoma da CPA em relação aos demais órgãos colegiados da Instituição;
- i) Continuidade: qualidade dos processos avaliativos e grau de eficácia das medidas adotadas, a partir dos resultados obtidos e periodicidade da avaliação.

7 OBJETIVOS

- a) Fomentar a cultura da avaliação junto aos diversos segmentos da Instituição, para que sua missão, seus valores e seus objetivos possam ser alcançados com qualidade acadêmica e pertinência social;
- b) Subsidiar a Gestão e demais segmentos da comunidade acadêmica por meio do encaminhamento de relatórios analíticos decorrentes dos processos de avaliação interna e externa, com o objetivo de alinhá-los com as políticas, objetivos e metas estabelecidos no PDI, no Planejamento Institucional, nos Projetos Pedagógicos de Curso e demais documentos normativos da Instituição;
- c) Fortalecer a Avaliação Institucional para que se consolide enquanto processo de melhoria da

- qualidade acadêmico-administrativa e como base para o Planejamento Institucional;
- d) Promover a interlocução com a comunidade acadêmica, a comunidade externa e a gestão da Instituição, subsidiando-os com diagnósticos e análises dos resultados dos processos de avaliação;
 - e) Produzir conhecimento crítico sobre a Instituição visando o aperfeiçoamento das práticas institucionais e o atendimento dos objetivos e metas propostos no PDI;
 - f) Sistematizar e analisar os resultados das avaliações internas e externas e disseminá-los à comunidade acadêmica, com vista à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, numa perspectiva multidimensional;
 - g) Imprimir caráter formativo e reflexivo ao processo avaliativo, identificando os avanços e apontando para as mudanças necessárias, com vistas ao aperfeiçoamento institucional e pessoal;
 - h) Estabelecer mecanismos para que os resultados dos processos avaliativos se convertam em ações de melhoria e sejam utilizados como base nos processos de aperfeiçoamento das políticas e diretrizes institucionais;
 - i) Integrar os resultados da avaliação da educação a distância com a educação presencial, respeitando-se suas especificidades legais e pedagógicas.

8 DIRETRIZES

- a) Orientar-se pela política e pelos parâmetros advindos do Sinaes e demais normativas da Instituição, primando pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência;
- b) Implementar os processos autoavaliativos, tendo como referência os eixos e as dimensões do Sinaes, evidenciando e atestando a coerência entre a avaliação institucional e o que está estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- c) Contemplar nos processos avaliativos os elementos que compõem a missão assumida pela Unoesc, que são a formação humana e profissional, a produção do conhecimento, o desenvolvimento regional, a sustentabilidade, na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- d) Articular e alinhar a autoavaliação institucional com a avaliação externa, com atenção especial às avaliações dos cursos de graduação, aos resultados do Enade, do CPC e do IGC e outros insumos, como os dados do censo, do cadastro e do questionário socioeconômico;
- e) Aprimorar os mecanismos de discussão, divulgação e encaminhamento dos resultados dos processos avaliativos junto a professores, estudantes, técnico-

administrativos, comunidade externa e direção da Instituição, visando a tomada de decisão e a melhoria da qualidade acadêmica;

- f) Prever estrutura de acompanhamento para aferir/monitorar, com base em indicadores, o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no PDI, bem como para registrar as ações de melhorias a serem implementadas e a sua execução pela gestão e demais setores da Instituição.

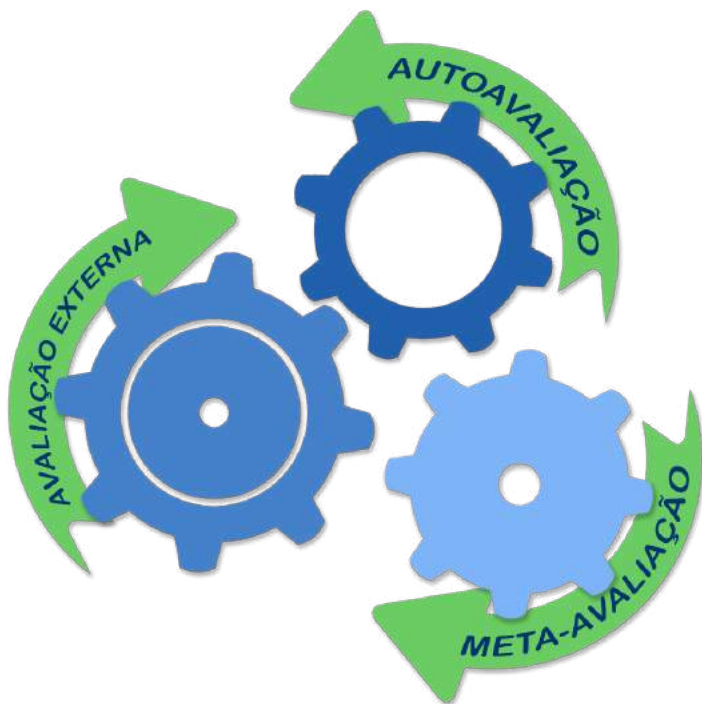
9 EIXOS, DIMENSÕES, PROCESSOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação institucional compreende três dimensões: a autoavaliação, protagonizada pela comunidade interna e externa; a avaliação externa, realizada pelas comissões de pares externos, em articulação com a autoavaliação; e a meta-avaliação, processo de reflexão interna sobre o processo avaliativo como um todo, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos e dos instrumentos utilizados na avaliação institucional (SOBRINHO, 2000).

A autoavaliação permite a construção de uma cultura interna de qualidade, cria mecanismos de autorregulação, estimula a diversidade de visões, propõe mudanças de rumo. Além disso, a avaliação interna prepara as bases para o planejamento institucional e para a avaliação externa.

A avaliação externa, por sua vez, além de complementar a autoavaliação, possibilita o olhar da sociedade e dos órgãos oficiais em relação às atividades acadêmico-administrativas e sua atuação junto à comunidade. É de iniciativa da própria instituição, quando assim necessitar, ou de órgãos com poderes constituídos para isso, como é o caso do INEP. A avaliação externa permite uma melhor comparação com outras instituições; baseia-se em questões consideradas de prioridade mais gerais; reforça as decisões da administração central na busca de respostas globais para a instituição e estimula o planejamento, a eficiência e a eficácia.

Já a meta-avaliação volta-se ao processo realizado e articula o futuro desse processo em um novo nível (YARZÁBEL, 1998). Resulta da avaliação das dimensões interna e externa e ajuda a reorganizar as metas e a adotar medidas que institucionalmente deverão ser tomadas. Constitui elemento fundamental para superar as avaliações episódicas, instaurando uma cultura de avaliação. Tais processos necessitam ser trabalhados de forma integrada, como representado na figura a seguir.



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

Estruturou-se os processos de autoavaliação a partir de cinco perspectivas: missão institucional; formação; produção de conhecimento; atendimento ao discente, e gestão. Tais perspectivas atendem às necessidades de autoavaliação dos cinco eixos previstos no Sinaes, bem como aos objetivos e indicadores estabelecidos no PDI 2018-2022. Cada uma das perspectivas, como mostra a figura abaixo, interage com eixos e dimensões, bem como com objetivos institucionais propostos no PDI. Por exemplo, a perspectiva “missão

institucional” interage com o eixo 1, com as dimensões 1, 3 e 8 e com os objetivos institucionais 11 e 13, e assim por diante.



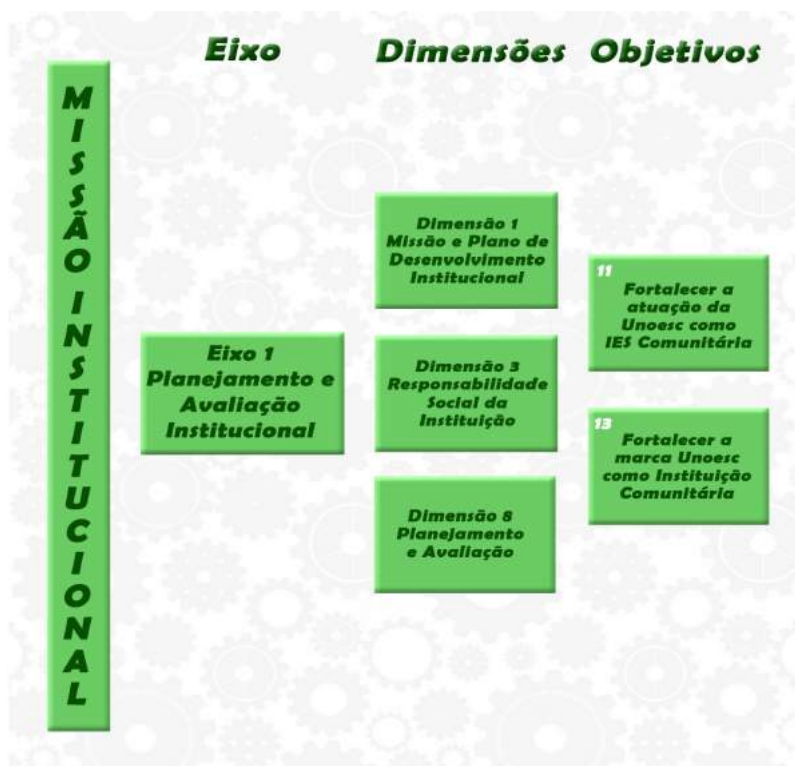
Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

9.1 PERSPECTIVA AVALIATIVA 1: MISSÃO INSTITUCIONAL

Na perspectiva “missão institucional”, os processos avaliativos contemplarão o eixo um, as dimensões 1, 3 e 8 do Sinaes, assim como os objetivos e respectivos indicadores estabelecidos no PDI. Nesse processo, serão avaliados os

caminhos percorridos pela Instituição em relação à sua inserção social e sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, fazendo-se o cotejo com os objetivos e indicadores previstos no PDI.

A CPA buscará evidenciar o quanto foi alcançado em relação ao que foi estabelecido no PDI, bem como os desafios a serem enfrentados, indicando parâmetros para o processo de tomada de decisão dos gestores, professores e funcionários.



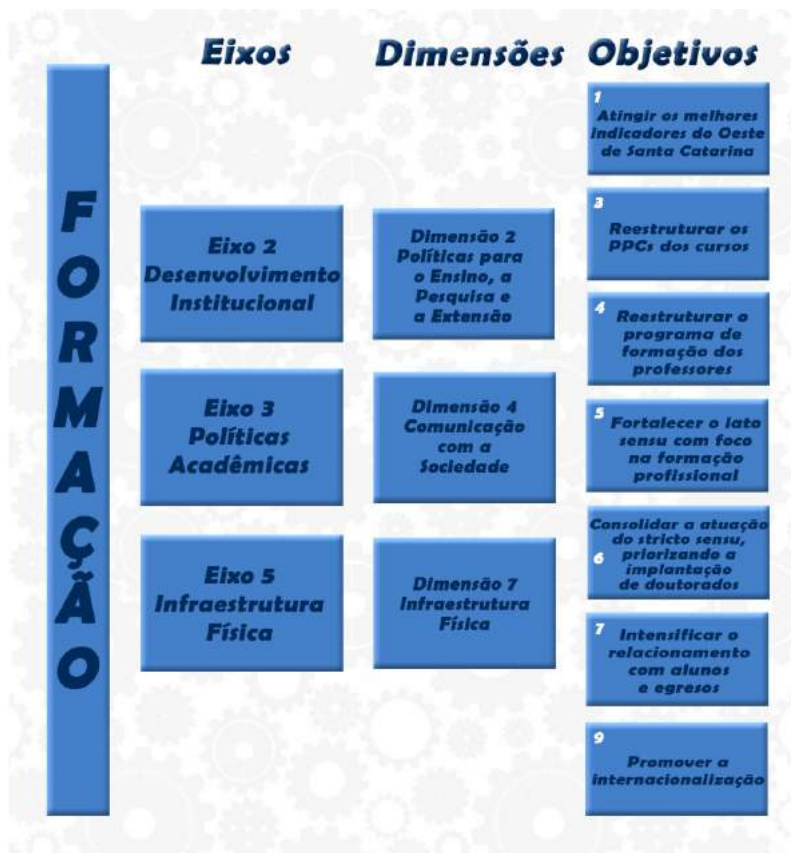
Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

Quadro 1 – Processos de avaliação da perspectiva “missão institucional”

Processo	Instrumento	Público	Periodicidade
Avaliação da coerência entre missão, objetivos e metas institucionais previstos no PDI e as ações implementadas	Questionário	Comunidade externa, professores, estudantes e técnico-administrativos	No último ano de cada ciclo avaliativo
Avaliação da responsabilidade social e a inserção da Instituição no processo de desenvolvimento regional	Entrevista	Entidades e Lideranças políticas	No último ano de cada ciclo avaliativo

9.2 PERSPECTIVA AVALIATIVA 2: FORMAÇÃO

Na perspectiva “formação”, serão contemplados os eixos 2, 3 e 5 e respectivas dimensões 2, 4, e 7 previstas no Sinaes, assim como os objetivos institucionais e respectivos indicadores estabelecidos no PDI, conforme representado na figura.



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

O papel da CPA nesse processo consistirá em avaliar/verificar a coerência entre o PDI e as ações acadêmicas relativas ao ensino de graduação. Também produzirá relatórios sobre o desempenho da Instituição em relação ao Enade, CPC, IGC e Conceito de Curso.

Quadro 2 – Processos de avaliação da perspectiva “formação”

Processo	Instrumento	Público	Periodicidade
Avaliação da graduação presencial e a distância	Questionário	Docentes e Discentes	Semestral
Avaliação dos componentes curriculares ofertados a distância	Questionário	Docentes e Discentes	A cada semestre do ciclo avaliativo
Avaliação da política e ações acadêmico-administrativas para a PG <i>lato sensu</i>	Questionário	Docentes e Discentes	Contínuo
Avaliação da qualidade do ensino	Grupo focal	Discentes	No segundo ano de cada ciclo avaliativo
Atuação dos egressos no ambiente socioeconômico	Questionário	Egressos	No primeiro ano de cada ciclo avaliativo
Avaliação da formação profissional dos egressos	Questionário	Empregadores Entidades de classe	No último ano de cada ciclo avaliativo
Levantamento do perfil do estudante ingressante	Questionário	Discentes ingressantes	No segundo ano de cada ciclo avaliativo

Avaliação da política de comunicação com a comunidade interna e externa	Questionário	Comunidade interna e externa	No segundo ano de cada ciclo avaliativo
Avaliação dos componentes curriculares de estágio, atividades complementares e similares	Questionário	Discentes	No segundo semestre de cada ano do ciclo avaliativo

9.3 PERSPECTIVA AVALIATIVA 3: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Na perspectiva “produção de conhecimento” serão contemplados os eixos 2 e 3 e respectivas dimensões 2 e 9 previstas no Sinaes, assim como os objetivos institucionais e respectivos indicadores estabelecidos no PDI, conforme representado na figura.



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

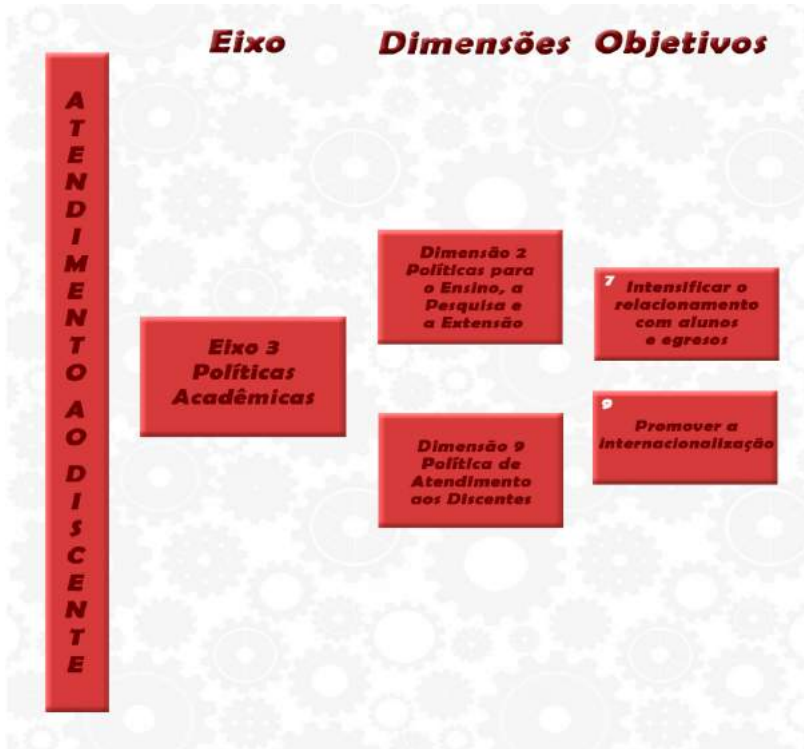
O papel da CPA, nesse processo, consistirá em avaliar/ verificar se existe coerência entre as ações acadêmicas de pesquisa, extensão e cultura desenvolvidas pela Instituição e o PDI.

Quadro 3 – Processos de avaliação da perspectiva “produção de conhecimento”

Processo	Instrumento	Público	Periodicidade
Avaliação da política e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa/ iniciação científica, tecnológica, artístico e cultural	Questionário, grupo focal e entrevista	Docentes e Discentes Comunidade externa	No segundo ano de cada ciclo avaliativo
Avaliação da política e ações acadêmico-administrativas para a PG <i>stricto sensu</i>	Questionário	Docentes e Discentes	A cada ano do ciclo avaliativo
Avaliação da política e ações acadêmico-administrativas para a extensão e cultura	Questionário	Docentes e Discentes Comunidade externa	No segundo ano do ciclo avaliativo

9.4 PERSPECTIVA AVALIATIVA 4: ATENDIMENTO AO DISCENTE

Na perspectiva “atendimento ao discente” será contemplado o eixo 3 e respectivas dimensões 2 e 9 previstas no Sinaes, assim como os objetivos institucionais e respectivos indicadores estabelecidos no PDI, conforme representado na figura.



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

O papel da CPA, nesse processo, consistirá em avaliar/ verificar se existe coerência entre as políticas de atendimento aos discentes promovidas pela Instituição e o que está expresso no PDI.

Quadro 4 – Processos de avaliação da perspectiva “atendimento ao discente”

Processo	Instrumento	Público	Periodicidade
Avaliação da política e programas de apoio aos discentes	Questionário	Discentes	No primeiro e no último ano de cada ciclo avaliativo
Avaliação da mobilidade acadêmica, iniciação científica, extensão, cultura, esporte, lazer e estágios	Questionário e Relatórios	Discentes	No terceiro ano de cada ciclo avaliativo
Avaliação pelos alunos bolsistas	Questionário	Discentes bolsistas	A cada semestre do ciclo avaliativo

9.5 PERSPECTIVA AVALIATIVA 5: GESTÃO

Na perspectiva “gestão” serão contemplados os eixos 1, 2, 4 e 5 e respectivas dimensões 5, 6, 8 e 10 previstas na Lei do Sinaes. O processo inclui, ainda, a avaliação dos objetivos e respectivos indicadores estabelecidos no PDI, como demonstrado na figura.



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

O papel da CPA, nesse processo, consistirá em avaliar/verificar se existe coerência entre as políticas de gestão, de pessoal, de planejamento e de avaliação e o que está expresso no PDI.

Quadro 5 – Processos de avaliação da perspectiva “gestão”

Processo	Instrumento	Público	Periodicidade
Avaliação da gestão administrativa e acadêmica	Questionário	Docentes Técnico-administrativos	No primeiro ano de cada ciclo avaliativo
Avaliação de clima organizacional	Questionário	Docentes Técnico-administrativo	No segundo ano de cada ciclo avaliativo

A CPA terá papel estratégico nesse processo, pois estará monitorando a evolução institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional. É também nesse processo que a CPA avaliará as políticas de pessoal, a carreira do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Também avaliará a organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. Avaliará, igualmente, a sustentabilidade financeira da Instituição, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior na região de sua abrangência.

10 ASPECTOS METODOLÓGICOS

10.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A autoavaliação institucional terá relevância e eficácia se seus processos contribuírem para a produção de conhecimento e autoconhecimento. Constitui, portanto, um campo de investigação, cujos estudos têm tido a centralidade de especialistas e estudiosos nesses últimos anos.

Dada a natureza do campo investigativo, os estudos, diagnósticos e pesquisas que envolvem a avaliação institucional pautar-se-ão nos pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa. Os pressupostos da pesquisa qualitativa amparam-se no paradigma sócio histórico de investigar. Segundo Freitas (2003, p. 3), o paradigma sócio-histórico

[...] compreende a realidade como uma construção dos múltiplos sujeitos que nela interagem, incorporando o conflito. A relação do pesquisador com o objeto de pesquisa é marcada pelo desejo de mudança, pelo compromisso com a emancipação humana. Suas análises contextualizadas, indutivas, qualitativas [...] valorizam a importância dos processos sociais coletivos.

Nessa perspectiva teórica, pesquisador e pesquisado são partes integrantes do mesmo processo investigativo; ambos assumem o compromisso com a transformação da realidade. A produção do conhecimento, nessa perspectiva, não resulta de relação meramente causal (causa-efeito, ou sujeito-objeto),

mas dialética, onde os fenômenos são constatados e analisados a partir de um contexto e das contradições que eventualmente possam apresentar, com o objetivo de melhor compreendê-los e ressignificá-los. Há, portanto, nessa perspectiva, uma relação entre sujeitos integrantes de um mesmo processo investigativo, interagindo com a realidade social.

Na pesquisa qualitativa há uma combinação metodológica que envolve trabalho teórico e trabalho exploratório/empírico. No trabalho teórico, para essa natureza investigativa, costuma-se adotar a técnica da análise de conteúdo, proposta por Bardin. Essa técnica permite que o pesquisador explore mais os significados que os conteúdos possam estar querendo expressar do que a mera descrição e interpretação de dados (BARDIN, 1995).

10.2 TÉCNICAS, FONTES E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

No trabalho exploratório, várias técnicas podem ser utilizadas, como a observação, o questionário, a entrevista, o grupo focal. A CPA fará uso de tais técnicas em seus processos avaliativos, com o intuito de possibilitar uma relação de familiaridade e de aproximação entre o pesquisador e o problema investigado.

As fontes alimentadoras dos processos avaliativos serão aquelas de origem interna, como documentos, banco de dados, sistema *Strategic Adviser*, e aquelas advindas de pessoas.

Já as fontes de origem externa serão aquelas disponibilizadas oficialmente pelo INEP, IBGE, E-mec, entre outras.

Os instrumentos de avaliação serão elaborados conforme a natureza de cada processo avaliativo e serão disponibilizados aos públicos envolvidos por meio eletrônico. A coleta de dados primários se fará por meio de aplicação de instrumentos estruturados ou semiestruturados, envolvendo os públicos participantes. Os instrumentos poderão contemplar questões objetivas e/ou abertas, onde o público poderá emitir seus pareceres, comentários e sugestões não contempladas nas questões objetivas. As entrevistas, ou os grupos focais, por sua vez, servirão para a realização de processos avaliativos que exigem abordagens de natureza qualitativa, a partir de roteiros semiestruturados. A coleta de dados secundários servirá para fundamentar a análise de conteúdo e advirá de referências, de documentos e de banco de dados e relatórios institucionais.

10.3 ETAPAS DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

Cada processo avaliativo constituir-se-á num projeto específico, com as seguintes etapas:

1ª - Planejamento do processo avaliativo, onde serão definidos os indicadores a serem avaliados, tendo como referência os indicadores previstos no Sinaes e no PDI;

2ª - Definição das estratégias metodológicas de coleta e análise de dados, bem como do público que participará do processo avaliativo;

3ª - Definição e elaboração de instrumentos de avaliação;

4ª - Validação do instrumento de coleta dos dados;

5ª - Ações de sensibilização com vista à participação das pessoas no processo de avaliação;

6ª - Coleta e tratamento de dados e informações;

7ª - Produção de relatório analítico dos indicadores avaliados;

8ª - Socialização dos resultados por meio de reuniões e eventos organizados para tal fim;

9ª - Encaminhamento de ações de melhoria por meio de reuniões de trabalho com os setores e a administração central;

10ª - Meta-avaliação do processo avaliativo, identificando fragilidades e potencialidades, visando qualificar as etapas seguintes;

11ª - Registro de ações a serem realizadas pelos gestores, coordenadores e responsáveis pelos setores referentes às recomendações da CPA;

12ª - Publicidade dos resultados por meio de impressão gráfica e/ou versão on-line, folders, boletins e utilização dos meios de comunicação, oficinas, seminários;

13ª - Incentivo à publicação de artigos, TCCs, teses e dissertações sobre os resultados da avaliação.

A Figura, a seguir, ilustra as etapas dos processos de avaliação.



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

10.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

De posse dos dados, estes serão sistematizados, codificados, tabulados e representados graficamente, para, num segundo momento, interpretá-los e analisá-los. Para o processamento dos dados, se fará uso de métodos estatísticos. O método estatístico de análise a ser escolhido dependerá

da natureza do objeto que se deseja investigar. Comumente é utilizado o método estatístico descritivo, mas há ainda a possibilidade, dependendo da natureza do objeto a ser investigado, de se adotar o método inferencial. Com base na análise e interpretação dos dados, segue-se com a discussão dos resultados. Resumidamente, o tratamento e a análise dos dados contemplam as seguintes etapas:

- a) Exame detalhado dos dados coletados, buscando identificar erros, evitando informações confusas, distorcidas e incompletas;
- b) Codificação, compreendendo o cálculo da média e desvio-padrão, seguido de uma categorização das respostas (agrupamento dos dados em categorias de análise);
- c) Tabulação dos dados em tabelas e gráficos para facilitar a sua compreensão e análise;
- d) Análise qualitativa dos dados a partir da categorização dos dados obtidos.

Há vários tipos de tabulação: tabulação de questões fechadas com respostas simples, onde o número de respostas é igual ao número de pesquisados; tabulação de questões fechadas com respostas múltiplas, onde o número de respostas é diferente do número de pesquisados; tabulação de perguntas abertas por meio da padronização das respostas por categoria

e tabulação; tabulação de perguntas por meio da escala de Likert, onde a tabulação é feita ponderando-se as respostas.

A metodologia adotada para a realização dos processos avaliativos propostos não pretende ser única, muito menos engessada. Para cada processo avaliativo buscar-se-á a melhor metodologia e os melhores instrumentos, para que a avaliação se torne um processo formativo/qualitativo, não meramente burocrático.

11 ENVOLVIMENTO E FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

A autoavaliação institucional somente terá legitimidade e eficácia se contar com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, incluídos aí professores, estudantes, funcionários técnico-administrativos e dirigentes. Em alguns momentos também deverá contar com a participação da sociedade civil organizada, incluídos aí egressos, entidades, órgãos públicos, empresários, trabalhadores liberais, órgãos de classe, movimentos sociais, etc.

Para se assegurar a participação da comunidade nos processos de avaliação, adotar-se-á a seguinte estratégia:

- a) Num primeiro nível: interlocução da CPA com a reitoria, as pró-reitorias, as coordenações de curso e demais setores de apoio da Instituição;

- b) Num segundo nível: interlocução da CPA com os professores, técnico-administrativos, estudantes e egressos;
- c) Num terceiro nível: interlocução da CPA com a comunidade externa;
- d) Num quarto nível: integração da CPA com o setor de planejamento institucional.

Todo o esforço da CPA estará focado na mobilização dos sujeitos dos diversos níveis por meio do diálogo, criando espaços para a participação, o debate e a crítica. Essa é a condição para que o processo de avaliação obtenha legitimidade pela comunidade, evitando-se o caráter punitivo e controlador das práticas avaliativas.

A participação dos segmentos passa pelo planejamento dos processos avaliativos, sobretudo na definição dos indicadores a serem avaliados e dos instrumentos a serem aplicados. Passa, igualmente: pela sensibilização dos que serão envolvidos nos processos; pela disposição de responder aos instrumentos de pesquisa; pelo interesse na socialização dos resultados e encaminhamentos a serem dados; pelo comprometimento na execução das ações de melhoria a serem implementadas.

Pretende-se, igualmente, envolver a comunidade acadêmica nos processos de avaliação externa, produzindo e socializando relatórios analíticos dos resultados do Enade, Conceito Preliminar de Curso, Índice Geral de Cursos, Conceito de Curso e Conceito Institucional.

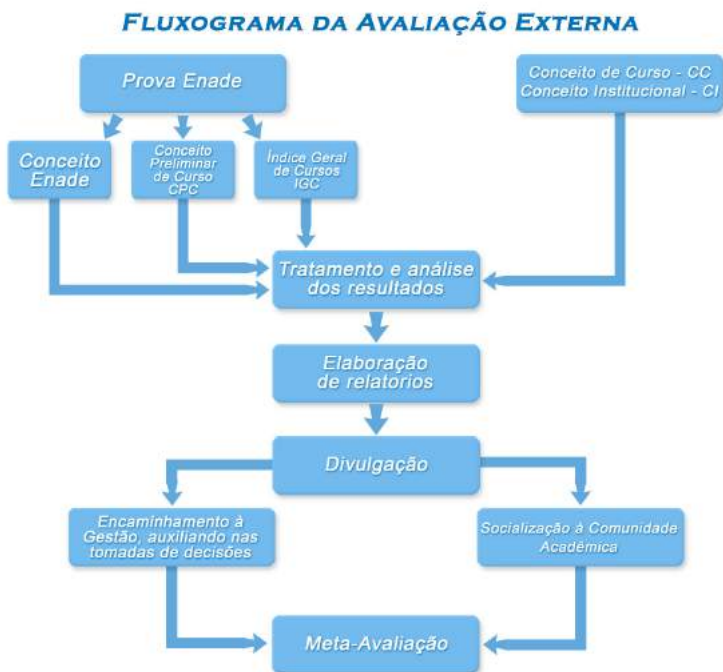
A socialização dos processos de avaliação interna e externa se dará em três níveis: divulgação por meio eletrônico, via site da Instituição; promoção de eventos, como reuniões, seminários; e publicação impressa e online dos relatórios. Com isso, se pretende não só dar encaminhamento às ações de melhoria a serem implementadas, como contribuir com a institucionalização da cultura de avaliação, necessária para se ter a adesão das pessoas. Os processos de socialização da avaliação interna e externa obedecerão aos seguintes fluxogramas:



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

Após a análise dos dados e a socialização dos resultados dos processos avaliativos, os respectivos colegiados/segmentos deverão preencher o seguinte formulário:

Nome do processo avaliativo:		
Indicador avaliado		
Pontos positivos	Limitações	Melhorias propostas



Fonte: Comissão Própria de Avaliação (2017).

Na socialização dos resultados da avaliação, terá atenção especial o estudante da Instituição, uma vez que todos

os processos avaliativos possuem relação, de um modo ou de outro, com a qualidade acadêmica que se quer imprimir na sua formação, sobretudo aqueles processos que avaliam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, as políticas de apoio ao discente, o ensino-aprendizagem, a infraestrutura física e a gestão do curso. Para isso, se pretende chamar os estudantes à participação, ao debate, à socialização dos resultados da avaliação. Mais do que chamá-los à participação, é preciso dar-lhes o retorno em relação às melhorias encaminhadas e materializadas.

Por sua vez, a garantia da participação da comunidade externa conferirá legitimidade aos processos de autoavaliação institucional. Sem essa participação, a Unoesc perde uma de suas principais características, que é sua origem público-comunitária. A participação em avaliações que envolvem a missão institucional, a responsabilidade social e a comunicação com a sociedade – dimensões previstas no Sinaes, é vital para que a Instituição continue respondendo ao desafio de participar dos processos de desenvolvimento regional, elemento constituinte do texto que expressa a missão institucional.

12 ESTRUTURA DE APOIO

A organização e operacionalização dos processos de autoavaliação institucional são de responsabilidade da CPA, órgão autônomo, vinculado à Reitoria da Unoesc. A constituição dos membros da CPA obedece ao que está estabelecido

no artigo 11, incisos I e II da Lei nº 10.861, Lei do Sinaes. Sua composição contempla os segmentos da comunidade interna e da sociedade civil. O modelo *multicampi* adotado pela Unoesc possibilita a ampliação dos participantes da CPA, que passa a ter um membro por segmento em cada um de seus cinco *campi*. Os representantes do corpo docente e técnico administrativo são indicados pelos seus pares; os representantes do corpo discente pelo Diretório Central de Estudantes; já os representantes da sociedade civil são indicados por entidades legalmente constituídas.

A CPA operacionaliza os trabalhos por meio de Grupo de Apoio Técnico (GAT), constituído por Portaria. O GAT tem por atribuições oferecer suporte técnico e operacional aos processos avaliativos, tanto à CPA como aos coordenadores de cursos, de setores e à gestão. É composta por professores e técnicos de cada *campus*. Cada *campus* conta com sala equipada e com apoio técnico-administrativo.

São atribuições da CPA:

- I. Aprovar o seu Regimento interno nos termos da legislação e das diretrizes gerais emanadas da Política Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- II. Aprovar o planejamento do processo de autoavaliação institucional, definindo objetivos, metodologias, estratégias, recursos necessários e cronograma das ações;

- III. Coordenar os processos internos de avaliação institucional, de sistematização de seus resultados e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP;
- IV. Assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil no processo de autoavaliação institucional.
- V. Aprovar os instrumentos de avaliação a serem aplicados junto à comunidade interna, a egressos e à sociedade civil, analisando e divulgando seus relatórios;
- VI. Subsidiar a gestão da Instituição com relatórios e informações decorrentes da autoavaliação, visando à melhoria da gestão acadêmica e administrativa;
- VII. Desenvolver estudos e análises sobre os resultados dos processos de autoavaliação, bem como sobre temas e cenários que dizem respeito à educação superior, disponibilizando-os aos dirigentes, aos conselhos e à comunidade acadêmica, visando à melhoria da qualidade da Instituição;
- VIII. Prestar informações solicitadas pela Administração Superior da Instituição;
- IX. Exercer a prerrogativa de ter acesso, a qualquer momento, a informações e dados de posse de setores da Instituição;

- X. Avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos de autoavaliação institucional, propondo melhorias em seus processos;
- XI. Acompanhar os processos de avaliação externa de responsabilidade do Ministério da Educação, realizando estudos qualitativos a partir de seus resultados, disponibilizando-os à Administração Superior da Instituição.
- XII. Sensibilizar e mobilizar as comunidades interna e externa para a participação ativa nos processos de autoavaliação institucional, realizando encontros, cursos, debates, visitas e dando ampla divulgação de seus resultados.
- XIII. Promover o debate com a comunidade acadêmica (docentes, estudantes, direção e pessoal técnico-administrativo) e a sociedade em torno dos resultados da avaliação interna, propondo ações que visem à melhoria institucional, criando as condições para o processo de avaliação externa.

A avaliação institucional somente terá eficácia, se trabalhar em interlocução permanente com setores da Instituição que atuam em áreas diretamente relacionadas com os processos avaliativos, como por exemplo a Coordenadoria de Planejamento Institucional, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e a Coordenadoria de Comunicação e Marketing.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional regulação e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BAGGI, Cristiane Aparecida Dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação (Campinas)* vol. 16 no.2 Sorocaba julho 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 19 jul. 2017.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Avaliação da educação superior**. Vozes, Petrópolis, 2000.

DIAS SOBRINHO, J. *et al.* (coordenador). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES: **bases para uma nova proposta da educação superior**. Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). UNICAMP, 2003

DIAS SOBRINHO, José *et al.* **Universidade em Ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999. 223 p.

DUARTE, Marisa R. Teixeira, ALVIM, Cristina Gonçalves. **Políticas públicas de avaliação: educação superior e ações de extensão universitária** Interfaces - Revista de Extensão, v. 3, n. 1, p. 3-21, jul./dez. 2015.

FREITAS, Maria Teresa A. A pesquisa na perspectiva sócio-histórica: um diálogo entre paradigmas. In: **26ª Reunião Anual da Anped**, Poços de Caldas. CD-ROM, 2003. v. 1.

INEP. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065. **Roteiro para Relatório de AUTOAVALIAÇÃO Institucional**. Brasília, 09 de outubro de 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n65_roteiro_relatorio_de_autoavaliacao_institucional.pdf.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

RISTOFF, D. I. **Avaliação da Educação Superior: flexibilização e regulação**. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de (Orgs.). Políticas e gestão da Educação Superior transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Alternativa; NEDESC, 2003. p. 137-157.

SOUZA, José Vieira de (Org.). **Expansão e avaliação da educação superior brasileira: formatos, desafios e novas configurações**. Belo Horizonte/MG: Fino Traço/ Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2015.

SGUISSARDI, Valdemar. Para avaliar propostas de Avaliação do Ensino Superior. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 76, n. 184, p. 549-578, set./dez. 1995.

UNESCO. **Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI**: visão e ação. Paris: UNESCO, 1998.

